



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFGA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO – Área: SUPORTE DE REDES

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

Na pobreza e na riqueza
Crenças e preconceitos baseiam associações como
“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.

21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
 - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
 - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
 - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
 - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
 - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
 - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
 - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
 - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
 - (B) a Lázaro.
 - (C) a Abraão.
 - (D) ao homem pobre.
 - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
 - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
 - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
 - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra *passo* significa
- (A) movimento.
 - (B) resolução.
 - (C) pensamento.
 - (D) medida.
 - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
 - (B) geralmente.
 - (C) certamente.
 - (D) meramente.
 - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
 - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
 - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
 - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
 - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
 - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
 - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
 - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
 - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFES; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
 - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.



- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
 - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (C) avarar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
 - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
 - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
 - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
 - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
 - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
 - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
 - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macroalinhadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
 - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
 - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
 - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
 - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A formatação das partições de disco em sistemas operacionais é fundamental para leitura e gravação de arquivos. Sendo assim, leia os enunciados abaixo sobre formações em sistemas operacionais Linux e considere V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.
- I O sistema de arquivos *ext2* é reconhecido pelo sistema operacional Linux, mas não é nativo.
 - II O sistema de arquivos *ext3* possui melhorias em relação ao sistema de arquivos *ext2*, destacando-se o sistema de *journaling* e o suporte a arquivos de até 16GB para tamanho de bloco de 1KB.
 - III O NTFS é o sistema de arquivos nativo do Linux.
 - IV Swap é utilizado em partições Linux com o intuito de melhorar a velocidade de leitura e a gravação de arquivos.
- A sequência correta é
- (A) V, F, V, F.
 - (B) V, V, F, V.
 - (C) F, V, F, F.
 - (D) F, V, V, F.
 - (E) V, F, F, V.



- 22 O sistema de *journaling* em sistemas operacionais Linux é utilizado para
- (A) rastrear o acesso ao disco, adicionando maior segurança em sistemas operacionais Linux. Toda vez que um acesso ao disco ocorre, são gerados logs para rastrear estas operações.
 - (B) melhorar a disponibilidade e a tolerância a falhas em sistemas de arquivos Linux. O *journaling* grava as operações realizadas no disco em uma área para serem analisadas caso ocorra uma falha.
 - (C) melhorar o desempenho de leitura e gravação de disco. Sempre que o sistema operacional deseja realizar uma leitura no disco, o *journaling* realiza uma contagem de frequência de acesso, assim ele sempre grava os arquivos mais acessados em uma área específica do disco, e, quando uma nova requisição para este arquivo ocorre, ele tem busca, leitura e gravação otimizadas.
 - (D) auxiliar a memória principal do sistema operacional. Sempre que a memória principal do sistema não é suficiente para armazenar todos dados que estão sendo utilizados, o *journaling* separa um espaço no disco para armazenar os dados menos utilizados na memória principal, liberando mais espaço para ela.
 - (E) realizar uma melhor desfragmentação do disco. O *journaling* realiza frequentes análises no disco para saber quando é necessário efetuar uma desfragmentação no disco.
- 23 Para administrar um sistema operacional Linux, são necessários alguns conhecimentos sobre os comandos mais utilizados. Sobre comandos do sistema operacional Linux, é correto afirmar:
- (A) O comando *echo* é utilizado para mostrar o conteúdo de arquivos binários ou de texto.
 - (B) O comando *cd* é utilizado para ler o conteúdo do diretório local.
 - (C) O comando *clear* é utilizado para apagar o conteúdo de um arquivo especificado.
 - (D) O comando *cut* é utilizado para mover um arquivo de um diretório para outro.
 - (E) O comando *ln* cria links para arquivos e diretórios no sistema.
- 24 Analise as afirmativas sobre manutenção de sistemas operacionais Linux e considere V para as verdadeiras e F para as falsas.
- I Para realizar uma checagem da integridade de um sistema de arquivos em disco, pode ser utilizada a ferramenta *fsck*.
 - II O arquivo *etc/passwd* é utilizado para armazenar os logs de autenticação do sistema. Toda tentativa, sucedida ou não, de login no sistema é registrada neste arquivo com a data e hora. Por isso este arquivo é muito importante para verificar a segurança do sistema.
 - III A ferramenta *badblocks* realiza uma busca por blocos defeituosos em um dispositivo de armazenamento e a correção desses blocos.
 - IV A ferramenta *defrag* permite realizar uma desfragmentação em uma unidade de disco. A desfragmentação melhora o desempenho de leitura de arquivos quando a taxa de fragmentação está elevada.

A sequência correta é

- (A) V, F, V, F
- (B) F, V, F, V
- (C) V, V, F, F
- (D) F, V, V, F
- (E) V, F, F, V

- 25 Leia as afirmativas sobre a configuração de rede em sistemas operacionais Linux e considere V para as verdadeiras e F para as falsas.
- I O comando *traceroute* avalia todas as rotas que um pacote pode percorrer até um destino especificado e destaca o melhor caminho. Este comando é muito utilizado para otimizar o envio e recebimento de dados na rede.
 - II O comando *ping* é utilizado para saber se um destino especificado está disponível na rede através do envio de pacotes ICMP ECHO_REQUEST.
 - III O comando *ifconfig* é utilizado para configurar as interfaces de rede do computador. Por exemplo, com este comando é possível alterar o endereço IP de uma interface.
 - IV O comando *wall* permite configurar e gerenciar o firewall do sistema. Com este comando é possível criar regras personalizadas de acesso ao sistema.

A sequência correta é

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) F, V, F, F.
- (D) F, V, V, F.
- (E) V, F, F, V.



- 26 O pacote de funcionalidades iproute2 oferece utilitários para gerenciamento de redes em máquinas Linux. Dentre as funções que pode oferecer, uma delas é definir um caminho estático para uma rede. Assinale a alternativa que indica como esse caminho pode ser adicionado, considerando a rede 192.168.0.0/24 e o ip 192.168.100.1 a ser adicionado.
- (A) root@pc01:~\$ route add 192.168.100.1 via 192.168.0.0 netmask 255.255.255.0
 - (B) root@pc01:~\$ ip route add 192.168.0.0/24 via 192.168.100.1
 - (C) root@pc01:~\$ iproute2 add 192.168.0.0/24 via 192.168.100.1
 - (D) root@pc01:~\$ route add -s 192.168.0.0 netmask 255.255.255.0 via 192.168.100.1
 - (E) root@pc01:~\$ ip route add 192.168.100.1 via 192.168.0.0/24
- 27 A coleção de objetos gerenciados pelo Simple Network Management Protocol (SNMP) é definida como Management Information Base (MIB). Sobre a MIB e o acesso a ela é correto afirmar:
- (A) Apresenta estrutura lógica horizontal, para otimizar o acesso às consultas sobre os dispositivos de rede.
 - (B) O SNMP utiliza comandos GET e SET para acesso à MIB.
 - (C) A MIB pode conter tipos de dados complexos, tais como: grafos, árvores, heaps, que descrevem informações sobre as estatísticas de acesso ao dispositivo de rede.
 - (D) A MIB apresenta apenas uma tabela com todos os dados sobre os dispositivos de rede, e não há dados de relacionamento sobre os dispositivos gerenciados.
 - (E) Não é possível realizar extensões proprietárias da MIB, uma vez que podem ocorrer problemas de interoperabilidade.
- 28 Open Shortest Path First (OSPF) é um protocolo de roteamento para redes IP (Internet Protocol). O OSPF encapsula seus dados no protocolo
- (A) UDP
 - (B) TCP
 - (C) RIP
 - (D) BGP
 - (E) IP
- 29 Em relação ao IPv4 e o IPv6, é correto afirmar:
- (A) No IPv4, o broadcasting é bastante utilizado, já no IPv6 utiliza-se multicasting.
 - (B) O IPv4 utiliza os conceitos de classe de endereçamento A, B e C, o IPv6 estende essas classes para A, B, C, D e E.
 - (C) O IPv4 e O IPv6 possuem cabeçalhos de dados iguais.
 - (D) O endereçamento do IPv4 é de 32 bits e o do IPv6 é de 64bits.
 - (E) O endereçamento IPv4 já foi descontinuado, e todos os endereços dos dispositivos de rede já funcionam com endereçamento IPv6.
- 30 Analise o padrão que prevê a divisão de uma rede física Ethernet em diversas redes virtuais, adicionando rótulos de 32 bits nos quadros de dados para auxiliar os elementos comutadores.
- (A) IEEE 802.11ac
 - (B) IEEE 802.1Q
 - (C) IEEE 802.6
 - (D) IEEE 802.3
 - (E) IEEE 802.12
- 31 O Routing Information Protocol (RIP) é um protocolo utilizado no roteamento de pacotes. Sobre o RIP, é correto afirmar:
- (A) Tem como base somente algoritmos de roteamento hierárquico, para otimizar o tempo de roteamento.
 - (B) Permite contar, no mínimo, 15 (quinze) saltos de roteamento, para construção da tabela de roteamento.
 - (C) Utiliza por padrão o protocolo TCP.
 - (D) Não há versões do RIP para IPv6.
 - (E) Utiliza como métrica de roteamento o número de roteadores entre uma origem e um destino.



32 Sobre a arquitetura TCP/IP e o modelo OSI, considere os itens a seguir.

- I O protocolo SMTP pode ser classificado dentro da camada de aplicação.
- II O protocolo TCP é definido na camada de sessão no modelo OSI.
- III O Token Ring é um protocolo da camada de Enlace, não da camada de Transporte.
- IV A camada de Transporte não existe no modelo OSI, sendo substituído pela camada de apresentação.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I e III, somente.

33 O Padrão de redes sem fio Wi-Fi tem a definição das transmissões de frequência nas seguintes bandas:

- (A) 2.4 GHz e 5 GHz
- (B) 3.2 GHz e 8 GHz
- (C) 1.1 GHz, 2.2 GHz e 3 GHz
- (D) 4 GHz e 5 GHz
- (E) 2 GHz e 4.3 GHz

34 No padrão de redes definido pela IEEE 802.11, são exemplos de protocolo de segurança:

- (A) ETSI e WEP
- (B) TKIP e WEP
- (C) RCA e FDDI
- (D) GSM e WPA
- (E) BIP e ALOHA

35 O protocolo para uso da Ethernet, definido pelo conjunto de padrões IEEE 802.3, divide a camada de Enlace do modelo OSI, no mínimo, nos seguintes elementos:

- (A) Cliente MAC e CSMA MAC.
- (B) Cliente ADSL e Mensageiro assíncrono.
- (C) Controle de Enlace Lógico e Mensageiro Assíncrono.
- (D) Controle de Enlace Lógico e Controle de Acesso ao Meio.
- (E) Controle de Acesso ao Meio e CSMA MAC.

36 O padrão TIA/EIA-568 (EIA/TIA-568) é um padrão internacional relacionado ao Sistema de Cabeamento Estruturado (SCE), por exemplo, de um edifício comercial. São exemplos de subsistemas do SCE da EIA/TIA-568:

- (A) Entrada do Edifício, Área dos Nobreaks e Sala de Equipamentos.
- (B) Sala de Equipamentos, Área de Trabalho e Área do CPD.
- (C) Backbone Vertical, Backbone Horizontal e Área do CPD.
- (D) Área de Trabalho, Sala de Equipamentos e Entrada do Edifício.
- (E) Área dos Nobreaks, Sala dos equipamentos e Área do CPD.

37 Leia as afirmativas abaixo sobre fibras ópticas e considere V para as verdadeiras e F para as falsas.

- I As fibras ópticas têm uma maior capacidade de transmissão de dados em relação aos cabos par trançado e também são imunes aos ruídos eletromagnéticos.
- II As fibras monomodo têm maior alcance de transmissão que as fibras multimodo. Assim, podem ser utilizados menos repetidores de sinal ao longo do cabo.
- III As fibras multimodo podem oferecer uma comunicação duplex ou halfduplex por um único cabo, enquanto as fibras monomodo não podem.
- IV O funcionamento das fibras ópticas depende de uma propriedade física chamada reflexão, uma vez que a casca das fibras é feita de um material espelhado, o que possibilita que os raios de luz emitidos de uma extremidade do cabo sejam refletidos até a outra extremidade do cabo.

A sequência correta é

- (A) F, F, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, V, F.
- (E) V, F, F, V.



38 Sobre os cabos UTP, é correto afirmar:

- (A) Cabos categoria 3, definidos pela EIA/TIA-568, utilizados pelo padrão 10BASE-T, são recomendados para taxas entre 50Mbps/s e 100Mbps/s.
- (B) Cabos categoria 5, utilizados pelo padrão 100BASE-TX, podem alcançar distâncias maiores que 100 metros sem o auxílio de repetidores e mais até 200Mbps/s de taxas.
- (C) UTP categoria 6a adiciona blindagem ao cabo UTP categoria 6 (ISO/IEC 11801:2002).
- (D) UTP categoria 7a usa até 8 pares (ISO/IEC 11801 2nd Ed. Am. 2.).
- (E) As categorias 1, 2, 3, 4 e 5 estão descontinuadas.

39 Usando cabeamento estruturado para topologia de redes do tipo mesh (ou em malha), o número máximo de conexões C para o número de nós N que a rede deve ter para que cada nó tenha conexão com todos os outros nós é

- (A) $C = \frac{N-1}{2}$
- (B) $C = N \times (N - 1) + \frac{N}{2}$
- (C) $C = N^2 \times \frac{N-1}{2}$
- (D) $C = \frac{N \times (N-1)}{2}$
- (E) $C = N^2 - N$

40 O padrão ITUT-T X.509 para Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP), atualmente na versão 3, especifica o formato dos certificados digitais e garante uma autenticidade forte através da chave pública. Considerando o padrão X.509, é possível encontrar as seguintes informações em um certificado digital:

- (A) As chaves privadas dinâmicas da entidade especificada no certificado.
- (B) Os dados sobre as entidades que podem acessar as informações da entidade especificada no certificado.
- (C) Os dados sobre as entidades que podem validar as informações da entidade especificada no certificado.
- (D) Os critérios de revogação do certificado em questão.
- (E) As informações de período de validade do certificado e a identificação do emissor do certificado.

41 Leia as afirmativas abaixo sobre certificação digital e Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP) e considere V para as verdadeiras e F para as falsas.

- I As autoridades de certificação raiz possuem um certificado autoassinado.
- II Os certificados digitais são criptografados com a chave pública de um algoritmo assimétrico, por exemplo, o RSA. Assim somente a entidade que possui a chave privada pode descobrir seu conteúdo.
- III O certificado digital é um arquivo digital que guarda informações de uma entidade, uma chave pública (gerada a partir de um algoritmo de criptografia assimétrica) que pertence à entidade e uma assinatura digital.
- IV A assinatura digital é o processo de garantir a autenticidade de um documento digital. Essa assinatura é realizada criptografando todo o documento digital com uma chave privada.

A sequência correta é

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, F, V, F.
- (E) V, F, F, V.

42 A criptografia é o estudo de técnicas e métodos pelos quais se busca tornar uma mensagem ilegível por aqueles que não detenham seu segredo, ou chave. Chaves criptográficas podem ser divididas em dois grupos: simétricas e assimétricas. Na criptografia assimétrica, são utilizados algoritmos baseados em pares de chaves (chave pública e chave privada) no processo criptográfico, de forma que uma mensagem cifrada com a chave pública só poderá ser lida pelo possuidor da chave privada correspondente. Assinale a alternativa que lista mecanismos de criptografia assimétrica.

- (A) SHA1 e IDEA
- (B) PGP e RSA
- (C) DES e RC4
- (D) MD5 e SHA1
- (E) RSA e RC4



- 4.3 Um firewall é um tipo de proteção de rede que objetiva estabelecer um enlace controlado para um nó ou conjunto de nós em uma rede, de forma a criar um “perímetro de segurança”. Um tipo de controle **NÃO** utilizado por firewall é o
- (A) Controle de Serviço: controla os tipos de serviço da Internet que podem passar pelo firewall com base em, por exemplo, endereço IP e número de porta utilizado.
 - (B) Controle de Direção: controla a direção, entrada ou saída que determinadas solicitações são permitidas a fluir através do firewall.
 - (C) Controle de Usuário: controla o acesso a um determinado serviço através do firewall com base no usuário que está realizando a requisição.
 - (D) Controle de Comportamento: controla a utilização de determinados serviços, como tipo de acesso a um servidor protegido ou filtragem de conteúdo trafegado através do firewall.
 - (E) Controle de Clientes: controla as requisições que podem ser realizadas através do firewall notificando e configurando os clientes internos ao “perímetro de segurança” estabelecido.
- 4.4 Um ataque distribuído de negação de serviço, Distributed Denial of Service (DDoS), é um ataque que visa tornar indisponíveis os recursos de um sistema. Essa indisponibilidade usualmente é explorada tentando sobrecarregar um provedor de um determinado serviço com uma grande quantidade de requisições atacantes, ao ponto que requisições legítimas não possam ser atendidas. Considere as afirmativas abaixo sobre DDoS e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.
- I É um tipo de ataque que pode ser realizado por vários IPs diferentes.
 - II Impede que os recursos do provedor do serviço sejam exauridos desconectando-o durante a duração do ataque.
 - III Tenta identificar a origem do ataque e aplica políticas de bloqueio de acesso para prevenir ataques futuros oriundos da mesma origem.
 - IV Utiliza mecanismos de detecção de ataques, baseado em número de requisições ou análise de conteúdo, e efetua o bloqueio destas requisições como contramedida de um ataque em andamento.
- A sequência correta é
- (A) F, V, F, F.
 - (B) V, F, V, F.
 - (C) V, F, V, V.
 - (D) V, F, F, V.
 - (E) F, V, F, V.
- 4.5 Remote Authentication Dial in User Service (RADIUS) é um protocolo de rede que define regras e convenções para comunicação entre dispositivos conectados à rede, na tarefa de prover autenticação, autorização e contabilização de maneira centralizada para um determinado serviço na rede. Quanto ao protocolo RADIUS é **INCORRETO** afirmar:
- (A) Um pacote de dados RADIUS envia atributos em uma estrutura chamada Attribute Value Pairs (AVP), que trafegam dados tanto na requisição quanto na resposta das transações.
 - (B) Diferentes implementações do protocolo RADIUS podem apresentar diferentes conjuntos de atributos mantendo-se no protocolo, isso se deve ao uso de Vendor-Specific Attributes (VSAs).
 - (C) Um conjunto de informações é utilizado pelo servidor para verificar possíveis alterações nos dados do pacote, estes são denominados Attribute Metadata Values (AMV).
 - (D) RADIUS utiliza UDP na camada de transporte, e a utilização do RADIUS com TCP ainda está em fase experimental (RFC 2865 e RFC 6613).
 - (E) Uma requisição de acesso no protocolo pode ser aceita, rejeitada ou requerer informações adicionais do cliente.
- 4.6 TACACS é um protocolo de comunicação com servidores de autenticação remota. Sobre o TACACS, é correto afirmar:
- (A) É possível utilizá-lo tanto com protocolo TCP quanto com UDP.
 - (B) É compatível com TACACS+.
 - (C) É necessário um certificado digital para utilizá-lo.
 - (D) É necessária somente a chave de acesso pública.
 - (E) É necessária a criptografia assimétrica.



47 O Processo de Gestão de Riscos em Segurança da Informação é composto de quatro atividades principais, são elas:

- (A) Registro, Identificação, Solução e Teste.
- (B) Análise/Avaliação, Tratamento, Aceitação e Comunicação.
- (C) Identificação, Escolha da Solução, Teste e Catalogação.
- (D) Análise/Avaliação, Solução, Teste e Catalogação.
- (E) Comunicação, Identificação, Solução e Teste.

48 Como exemplo de questão que **NÃO** deve ser contemplada em uma Política de Segurança da Informação, cita-se o(a):

- (A) Manuseio da informação.
- (B) Uso do correio eletrônico.
- (C) Segurança do trabalho.
- (D) Resposta a incidentes.
- (E) Propriedade intelectual.

49 Sobre os modelos de estratégia a serem adotados em planos de continuidade de negócio, considere as seguintes afirmativas e indique V para as verdadeiras e F para as falsas.

- I Modelo Ativo/Backup – a organização opta pelo uso de recursos sobressalentes que poderão ser utilizados em caso de desastre. O modelo envolve a realocação da força de trabalho, dos sistemas e dos dados para outra localidade.
- II Modelo Ativo/Ativo – é o uso de duas ou mais localidades operacionais geograficamente separadas, tendo suas operações divididas entre elas, e que elas possam servir como contingência entre si.
- III Modelo Localidade Alternativa – consiste no uso de uma localidade sobressalente que recebe parte das operações de forma periódica com propósito de testar e homologar seu funcionamento.

A sequência correta é

- (A) V, F e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, V e F.
- (D) F, F e V.
- (E) V, V e V.

50 O Information technology Infrastructure Library (ITIL) é um conjunto de práticas para o gerenciamento de serviços TI, com foco no alinhamento destes serviços com as necessidades do negócio de uma organização. De acordo com a versão 3 do ITIL, assinale a opção que apresenta fases válidas do ciclo de vida de um serviço.

- (A) Desenho do Serviço, Plano de Responsabilidade e Gerenciamento dos Serviços, Plano de Contingência.
- (B) Estratégia de Serviço, Plano de Responsabilidade e Gerenciamento, Melhoria Contínua do Serviço.
- (C) Transição de Serviço, Operação de Serviço, Melhoria Contínua do Serviço.
- (D) Estratégia de Serviço, Portfólio de Serviços, Plano de Contingência.
- (E) Estratégia de alinhamento com o Negócio, Plano de Continuidade do Serviço, Avaliação do retorno do Investimento.